

BÉLGICA

REINO DA BÉLGICA

Chefe de Estado:

Rei Alberto II

Chefe de Governo:

**Yves Leterme (substituiu Herman Van Rompuy em Novembro)
abolicionista para todos os crimes**

Pena de morte:

abolicionista para todos os crimes

População:

10,6 milhões

Esperança média de vida:

79,5 anos

Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):

6/5 por 1000

Na sequência de várias manifestações públicas, foram introduzidas medidas para permitir a regularização do estatuto de alguns migrantes irregulares. O Provedor Federal da Justiça criticou as condições nos centros fechados para migrantes e requerentes de asilo e apelou à introdução de reformas. Muitos requerentes de asilo viviam em habitações sem condições ou eram sem-abrigo. A Bélgica concedeu autorização de residência a um antigo prisioneiro da Baía de Guantánamo. Continuaram as alegações de maus-tratos e uso excessivo da força pelas forças de segurança.

Refugiados e requerentes de asilo

A agência do governo federal responsável pelo acolhimento de requerentes de asilo (Fedasil) foi várias vezes condenada pelos tribunais administrativos por não providenciar habitação aos requerentes de asilo. Uma estimativa feita por uma ONG belga indicou que mais de 200 requerentes de asilo, incluindo famílias com crianças, viviam nas ruas em Outubro. De acordo com números oficiais publicados em Setembro, pelo menos 1100 requerentes de asilo eram alojados diariamente em hotéis e centros de acolhimento para sem-abrigo por não haver lugar nos centros de acolhimento oficiais.

O Secretário de Estado para a Integração anunciou em Outubro que até Julho de 2010 seriam instalados módulos pré-fabricados ou "contentores" com capacidade para alojar 700 requerentes de asilo nas instalações dos centros de acolhimento da Fedasil já existentes. Foi igualmente anunciado que o Orçamento para 2010 iria incluir 16 milhões de euros para o alojamento de requerentes de asilo.

Pela primeira vez em mais de uma década, a Bélgica iniciou um programa de acolhimento de refugiados. Quarenta e sete refugiados iraquianos que viviam na Jordânia e na Síria, incluindo mulheres solteiras com ou sem filhos, chegaram à Bélgica em Setembro.

Detenções arbitrárias

■ Segundo informações recebidas pela Amnistia Internacional, pelo menos uma pessoa a quem foi recusado asilo pode ter sido detida de forma arbitrária após terminar de cumprir a sua sentença. Saber Mohammed, um requerente de asilo iraquiano, foi condenado em 2005 pelo Tribunal da Relação de Bruxelas por crimes relacionados com o terrorismo. A 27 de Outubro de 2007, após cumprir a sentença, foi imediatamente colocado sob detenção administrativa enquanto aguardava a expulsão para o Iraque. Tinha apresentado um pedido de asilo em Novembro de 2000, mas este fora rejeitado em 2005. Um segundo pedido de asilo foi feito em Novembro de 2007. Em Fevereiro de 2009, o Comissário-Geral para os Refugiados e Apátridas rejeitou o pedido de asilo de Saber Mohammed. Saber Mohammed

recorreu da decisão negativa inicial para o Conselho para os Litígios de Estrangeiros. O Conselho indeferiu o recurso por motivos relacionados com o estatuto de refugiado. Contudo, no seu veredicto, o Conselho fez notar que Saber Mohammed corria risco de tortura e outras violações graves dos direitos humanos se regressasse ao Iraque. Saber Mohammed foi libertado da detenção administrativa a 5 de Março de 2009, o dia a seguir à apresentação do seu recurso. Foi imediatamente colocado sob uma ordem de residência compulsiva, emitida pelo Ministério da Imigração e Asilo, que o obrigava a residir na área da comuna de Sint-Niklaas e a apresentar-se duas vezes por dia à polícia. No final do ano, o pedido de asilo de Saber Mohammed continuava a ser apreciado pelo Conselho de Estado. Saber Mohammed apresentou queixa no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem por detenção arbitrária e tratamento desumano.

Direitos dos migrantes

Em Julho, o governo federal emitiu uma directiva sobre os procedimentos de regularização dos migrantes irregulares que provem estar integrados na sociedade belga e estar a aguardar regularização há um longo período de tempo. Numerosas manifestações, ocupações e greves de fome por parte de migrantes irregulares precederam a introdução destas medidas.

Em Julho, o Gabinete do Provedor Federal de Justiça publicou as conclusões de uma investigação aos centros fechados para migrantes irregulares e requerentes de asilo cujo pedido foi rejeitado na Bélgica. O Provedor reafirmou que a detenção como instrumento de controlo da imigração apenas deve ser usada como último recurso e fez notar que este princípio nem sempre era respeitado na Bélgica. O Provedor manifestou ainda a sua preocupação relativamente às condições nos centros fechados, assinalou graves deficiências no sistema de análise de queixas individuais e apelou à introdução de serviços de aconselhamento legal nos centros fechados. A mesma recomendação foi feita pelo Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa no relatório sobre a sua visita de 2008 à Bélgica, publicado em Junho. Apelou ainda às autoridades belgas para deixarem de deter automaticamente os requerentes de asilo que apresentam os seus pedidos na fronteira e para melhorarem as condições nos centros fechados.

Contra-terrorismo e segurança

A 8 de Outubro, um prisioneiro do centro de detenção dos EUA na Baía de Guantánamo foi transferido para a Bélgica. As autoridades belgas confirmaram que o indivíduo libertado teria estatuto de residente, o que lhe permitiria obter uma licença de trabalho.

Uso excessivo da força / polícia e forças de segurança

Continuaram as alegações de maus-tratos e uso excessivo da força por parte de elementos das forças de segurança.

■ Em Março, a família de Ebenizer Sontsa, um requerente de asilo dos Camarões cujo pedido fora rejeitado e que se suicidara após uma tentativa de deportação do aeroporto de Bruxelas em Abril de 2008, apresentou uma queixa por tortura e agressão contra os polícias suspeitos de o terem maltratado durante a tentativa falhada para o expulsar.